

MAPFRE SEGURADORA DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO S.A.

CNPJ nº 08.687.929/0001-42

ERRATA

Em nossas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2013 e 2012 publicadas no jornal Valor Econômico em 28 de Fevereiro de 2014 páginas E40 a E42 na quadro Demonstrações do Resultado deixou de constar a linha abaixo:

| | <u>Nota</u> | <u>2013</u> | <u>2012</u> |
|-------------------------------------|-------------|--------------|--------------|
| (-) Despesas Administrativas | 18 g | (242) | (531) |

Esta linha fica acima da linha de:

| | <u>Nota</u> | <u>2013</u> | <u>2012</u> |
|----------------------------------|-------------|--------------|--------------|
| (-) Despesas com Tributos | 18 h | (103) | (106) |

MAPFRE Seguradora de Crédito a Exportação S.A.

CNPJ 08.687.929/0001-42



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras da MAPFRE Seguradora de Crédito a Exportação S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

| | Nota | 2013 | 2012 |
|--|------|---------------|---------------|
| Ativo | | | |
| Circulante | | 15.549 | 10.445 |
| Disponível | | 1.201 | 2.175 |
| Caixa e bancos | | 1.201 | 2.175 |
| Aplicações | 5 | 13.707 | 7.727 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | | 136 | 112 |
| Prêmios a receber | 7 | 128 | 30 |
| Operações com resseguradoras | 8 | 8 | 82 |
| Ativos de resseguro - provisões técnicas | 9 | 425 | 353 |
| Títulos e créditos a receber | 12 | 2 | - |
| Outros valores e bens | 13 | 78 | 78 |
| Ativo não circulante | | 2.465 | 11.246 |
| Aplicações | 5 | 2.465 | 11.246 |
| Total do ativo | | 18.014 | 21.691 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

O resultado do exercício de 2013, antes da tributação sobre o lucro e participações, foi de R\$ 1,7 milhão e lucro líquido de R\$ 1,0 milhão.
Em atenção ao disposto na Circular SUSEP nº 464/13, a MAPFRE Seguradora de Crédito a Exportação S.A., com base nos dados obtidos em modelos estatísticos, atuariais e financeiros, declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento".

Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2014
A Administração

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

| | Nota | 2013 | 2012 |
|---|------|-------------------|-------------------|
| Prêmios emitidos | | 300 | 104 |
| (+/-) Variações de provisões técnicas de prêmios | | 8 | 94 |
| (=) Prêmios ganhos | 18b | 308 | 198 |
| (-) Sinistros ocorridos | 18c | (42) | (320) |
| (-) Custos de aquisição | 18d | (44) | (22) |
| (+) Outras receitas e despesas operacionais | 18e | - | 8 |
| (+) Resultado com resseguro | 18f | (149) | 141 |
| (+) Receitas com resseguro | | 55 | 333 |
| (-) Despesas com resseguro | | (204) | (192) |
| (-) Despesas com tributos | | (103) | (106) |
| (+) Resultado financeiro | 18i | 1.949 | 1.852 |
| (=) Resultado operacional | | 1.677 | 1.220 |
| (-) Resultado antes dos impostos e participações | | 1.677 | 1.220 |
| (-) Imposto de renda | 20 | (380) | (281) |
| (-) Contribuição social | 20 | (255) | (183) |
| (=) Lucro líquido | | 1.042 | 756 |
| (/) Quantidade de ações | | 13.041.400 | 13.041.400 |
| (=) Lucro líquido por ação - R\$ | | 0,08 | 0,06 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

| | 2013 | 2012 |
|--|--------------|------------|
| Lucro líquido do exercício | 1.042 | 756 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos | 1.042 | 756 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

| | 2013 | 2012 |
|---|----------------|------------|
| Lucro líquido do exercício | 1.042 | 756 |
| Ajuste para: | | |
| Créditos fiscais e previdenciários | - | 3 |
| Variação nas contas patrimoniais: | | |
| Ativos financeiros | 2.801 | (470) |
| Créditos das operações de seguros e resseguros | (24) | 985 |
| Ativos de resseguro | (72) | (200) |
| Títulos e créditos a receber | (2) | - |
| Outros ativos | - | (2) |
| Custo de aquisição diferida | - | 12 |
| Outras contas a pagar | 66 | 80 |
| Impostos e contribuições | 145 | (229) |
| Débitos de operações com seguros e resseguros | 123 | (660) |
| Depósitos de terceiros | (125) | (67) |
| Provisões técnicas - seguros e resseguros | 73 | 216 |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | 4.027 | 424 |
| Atividades de financiamento | | |
| Dividendos pagos | (5.001) | - |
| Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento | (5.001) | - |
| Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa | (974) | 424 |
| Caixa e equivalente de caixa no início do exercício | 2.175 | 1.751 |
| Caixa e equivalente de caixa no final do exercício | 1.201 | 2.175 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

- Risco de seguro;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Além da presente nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

A Seguradora conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, que segue as diretrizes dos modelos internacionais como COSO II-ERM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas mundiais do Grupo MAPFRE, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Compliance (no que tangue a regulamentações, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos.

A partir da avaliação dos principais riscos e do monitoramento da conformidade (compliance), são elaborados planos de ação específicos. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo hábil. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a Seguradora investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores.

A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo de Value at Risk-VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outras. As estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com o resultado de autoavaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditorias. A integração destas ferramentas permite uma análise completa e integrada dos riscos corporativos.

Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, constituíram-se os seguintes comitês:

Comitê de estratégia financeira: constituído com o objetivo de analisar e avaliar as questões ligadas a finanças. É de competência de este comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Diretoria, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros.

Comitê de riscos e compliance: constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO MAPFRE, adiante designado apenas GRUPO, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria.

Comitê de auditoria: órgão estatutário de assessoramento à Diretoria que tem entre outras atribuições, revisar as demonstrações financeiras à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controle interno; à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e recomendar à Diretoria o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

Comitê executivo: cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos.

O relacionamento dos Comitês com a alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas.

Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes.

Além do intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação colabora para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo e um custo razoável.

O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

a) Risco de seguro

A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários contrabância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. São utilizadas estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradores que possuem rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e raros seja minimizado. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Seguradora está exposta é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguras elevadas.

Concentração de riscos

As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de seguro.

| | Prêmio emitido bruto | | | | Prêmio líquido de de resseguro | | | |
|--|----------------------|--------|---|-------|--------------------------------|--------|---|-------|
| | Crédito à Exportação | Riscos | % | Total | Crédito à Exportação | Riscos | % | Total |

| | | | | | | | | |
|-------------------|------------|------|-------|------|------------|------|-------|------|
| Região geográfica | Comerciais | % | Total | % | Comerciais | % | Total | % |
| Sudeste | 300 | 100% | 300 | 100% | 15 | 100% | 15 | 100% |
| | 300 | 100% | 300 | 100% | 15 | 100% | 15 | 100% |

| | Prêmio emitido bruto | | | | Prêmio líquido de resseguro | | | |
|--|----------------------|--------|---|-------|-----------------------------|--------|---|-------|
| | Crédito à Exportação | Riscos | % | Total | Crédito à Exportação | Riscos | % | Total |

| | | | | | | | | |
|-------------------|------------|------|-------|------|------------|------|-------|------|
| Região geográfica | Comerciais | % | Total | % | Comerciais | % | Total | % |
| Sudeste | 104 | 100% | 104 | 100% | 4 | 100% | 4 | 100% |
| | 104 | 100% | 104 | 100% | 4 | 100% | 4 | 100% |

Sensibilidade da risco de seguro

O risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas na precificação dos produtos de seguros bem como a inadequação em relação à estimativa das provisões técnicas.

Em função da relevância das incertezas que envolvem eventos de ocorrência dos sinistros, foi considerado na análise de sensibilidade - o montante de sinistros ocorridos.

Para isto foi simulado o cenário, conforme descrito abaixo, e como este cenário afetaria o resultado e o patrimônio líquido apresentados nesta demonstração financeira: sinistralidade: total de sinistros ocorridos com uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira.

Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

| | 2013 | 2012 |
|--------------------------------------|--|------|
| Fator de risco Sinistralidade | Impacto no Patrimônio Líquido/Resultado | |
| Aumento | Elevação de 5%na sinistralidade | (1) |

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivo que compartilham riscos similares e levada em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos:

a) Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;

b) Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento;

c) Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e

d) Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores, resseguradores, intermediários ou outras contrapartes.

Exposição ao risco de crédito de seguro

A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos, a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos. A Administração adota políticas de controle conservadoras para análise de crédito.

Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradores que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. Existem algumas operações com a Resseguradora do Grupo MAPFRE.

ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do valor correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decréscimo de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

A provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada conforme Circular SUSEP nº 464/13 sobre vencidos acima de 60 dias.

ii. Ativos não financeiros

Ativos sujeitos à depreciação e amortização (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros), e são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável.

É reconhecida uma perda por imparidade no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

e) Provisões técnicas - seguros e resseguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), assim resumidas:

Em 18 de fevereiro de 2013, foi publicada a Circular SUSEP nº 462/13, que dispõe sobre a forma de cálculo e os procedimentos para constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores locais, com prazo para adequação até 31 de dezembro de 2013, quando ficarão revogadas as Resoluções CNSP nº 162/2006 e nº 171/2007.

A provisão de prêmio não ganhos (PPNG), é constituída pela parcela do prêmio retido correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata-die" e atualizada monetariamente, quando aplicável.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL), é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações de cosseguro devido, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras e atualizada monetariamente nos termos da legislação.

A Seguradora constitui também provisões relativas aos Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes e não Emitidos (PPNG-RVNE) e aos Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR), calculadas com base nos critérios definidos na Circular SUSEP nº 448 de 4 de setembro de 2012.

A Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP), extinta com a Circular SUSEP nº 462/13, deveria ser constituída se constatada insuficiência da provisão para prêmios não ganhos para cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas, sendo calculada de acordo com a nota técnica atuarial.

Os cálculos efetuados em dezembro de 2012 não resultou provisão a constituir. A partir de dezembro de 2013, possíveis insuficiências nas provisões técnicas são registradas na Provisão Complementar de Cobertura (PC-C), no teste de adequação de passivos (TAP) de 31 de dezembro de 2013, não foi verificada a necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PC-C).

f) Classificação dos contratos de seguros e de investimento

As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no CPC 11 - Contratos de Seguros emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurados na ocorrência de um evento futuro incerto que possa afetá-lo de forma adversa. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante.

Nesse contexto, a Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supra citadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento.

g) Mensuração dos contratos de seguros

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida ao resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "receitas financeiras" em base "pro rata die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios.

Compreende as comissões relativas à comercialização de apólices de seguros, apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

h) Teste de adequação dos passivos

Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguros emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a cada data de balanço, deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. A Superintendência de Seguros Privados SUSEP instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular - SUSEP nº 457 de 14 de dezembro de 2012 para as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2013, e nenhuma insuficiência foi identificada.

As principais premissas utilizadas no teste foram:

| Premissas | Descrição |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

| | |
|------------------|---|
| Taxa de desconto | Taxa de juros livre de risco pré-fixada e cupom cambial |
| Resseguro | Valores brutos de resseguro |

i) Resseguro

Os contratos de resseguro são classificados como contrato de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Seguradora com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos.

As operações com resseguradoras são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas à análise pelas resseguradoras. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o prêmio de seguro relacionado. Os valores a receber relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradoras relacionados com valores a serem ressarcidos, nos termos dos contratos de transferência de riscos e as parcelas das resseguradoras nas provisões técnicas constituídas. Os valores a pagar às resseguradoras, são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

j) Custo de aquisição diferido

Compreendem as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. Os custos diretos e indiretos incorridos durante o período financeiro, decorrentes da subscrição ou renovação de contratos de seguro e/ou contratos de investimento com direitos a benefícios discricionários (DPI), são diferidos na medida em que esses custos sejam recuperáveis a partir de prêmios futuros. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Os custos de aquisição diferidos são baixados quando da venda ou liquidação dos respectivos contratos.

k) Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros

Compreendem substancialmente as despesas com apólices e contratos e são reconhecidas ao resultado à medida que são incorridas.

l) Passivos financeiros

Compreendem substancialmente fornecedores, contas a pagar e as contas que compõem o grupo "Débitos com operações de seguros", que são reconhecidos inicialmente ao valor justo. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

m) Provisões, passivos e ativos contingentes

Uma provisão é constituída baseada em um histórico de eventos ocorridos, e quando seja provável que um recurso econômico venha ser exigido para liquidar uma obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho com benefício certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

n) Benefícios aos empregados

Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

Obrigações com aposentadorias

A Seguradora implantou um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Seguradora paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso a MAPFRE Previdência S.A. (entidade MAPFRE Vera Cruz Previdência S.A.) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados.

Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

o) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

i) Gestão de riscos antes e depois de resseguro

| | 2013 | 2012 |
|-------------------------|------------|------------|
| Prêmios emitidos | 300 | 104 |
| Resseguros | 285 | 100 |
| Prêmios retidos | 15 | 4 |
| Retenção % | 95% | 95% |

ii) Prêmios de resseguros subdivididos em classes

| | 2013 | 2012 |
|------------------------------|------------|------------|
| Resseguradora - local | 285 | 100 |

iii) Descrição dos resseguradores

As operações de prêmios ganhos de resseguros estão concentradas na MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros sem Rating.

iv) Redução ao valor recuperável

| | Ativos de Resseguro |
|-----------------------|---------------------|
| | PSL IBNR |
| Resseguradora - local | 421 4 |

Ramos de Atuação

Crédito à exportação riscos comerciais

Gerenciamento do risco de crédito

As resseguradoras são sujeitas a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

A política financeira prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating de risco de crédito de alta qualidade para alocação, conforme demonstrado a seguir:

O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como Standard & Poor's e Moody's.

As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros, e são determinadas através de norma interna.

A Seguradora utiliza diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora.

Rating dos resseguradores dos contratos

| Resseguradora | Percentual de cessão | Rating |
|---|----------------------|------------|
| MAPFRE RE DO BRASIL COMPANHIA DE RESSEGUROS | 100% | Sem Rating |

Rating da carteira de aplicações

| | 2013 | 2012 |
|---|--------------------|--------------------------|
| Títulos | 1 a 30 dias | Acima de 360 dias |
| Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado | 11.722 | 128 |
| AAA | 11.722 | 128 |
| Ativos mantidos até o vencimento | 1.857 | 2.465 |
| AAA | 1.857 | 2.465 |
| Total | 13.579 | 2.593 |

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos, quanto a dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro.

Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pela Diretoria.

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração e Finanças e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (Asset Liability Management - ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos.

2013

| | A vencer em até 1 ano | A vencer acima de 1 ano | Total |
|--|-----------------------|-------------------------|---------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.201 | – | 1.201 |
| Valor justo por meio do resultado | 11.722 | 128 | 11.850 |
| Mantidos até o vencimento | 1.857 | 2.465 | 4.322 |
| Créditos das operações de seguros e resseguros | 136 | – | 136 |
| Ativos de resseguro | 425 | – | 425 |
| Outros ativos | 80 | – | 80 |
| Total dos ativos financeiros | 15.421 | 2.593 | 18.014 |
| Contas a pagar | 704 | – | 704 |
| Débitos de operações com seguros e resseguros | 205 | – | 205 |
| Provisões técnicas - seguros e resseguros | 448 | – | 448 |
| Total dos passivos financeiros | 1.357 | – | 1.357 |

d) Risco de mercado

A MAPFRE adota políticas de controle e estratégias previamente estabelecidas e aprovadas pelo Comitê Executivo que permitem reduzir sua exposição aos riscos de mercado. As operações são controladas com as ferramentas Stress Testing e Value at Risk (VaR) e, posteriormente, confrontadas com a política de controle de risco adotada, de Stop Loss.

Sensibilidade a taxa de juros

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Seguradora.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos-base para taxa de juros e para cupons de inflação), teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente (intervalo semestral de cálculo) e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros.

Historicamente, a Seguradora não resgata antecipadamente ao seu vencimento os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, diante disto, os títulos classificados nessa categoria foram excluídos da base para a análise de sensibilidade uma vez que a Administração entende não estar sensível a variações na taxa de juros desses títulos visto a política de não resgatá-los antes do seu vencimento. Do total de R\$ 16.172 (R\$ 18.973 em 2012) de ativos financeiros, R\$ 4.322 (R\$ 11.246 em 2012), foram extraídos da base da análise de sensibilidade por estarem classificados na categoria "mantidos até o vencimento". Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 11.850 (R\$ 7.727 em 2012).

Para elaboração da análise de sensibilidade foram considerados os ativos financeiros existentes na data-base do balanço.

| | Impacto no Patrimônio líquido/Resultado | |
|---|---|------|
| | 2013 | 2012 |
| Taxa de juros: | | |
| Elevação da taxa de juros | (1) | (3) |
| Redução da taxa de juros | 1 | 3 |
| Parâmetros | | |
| i) 100 basis points nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012. | | |
| ii) 100 basis points nas estruturas de taxas de cupons vigentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012. | | |

e) Riscos operacionais

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Gerenciamento do risco operacional

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- procedimentos de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais; e
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

Dentro desse cenário, a Seguradora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de compliance interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas.

O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional onde a matriz de riscos corporativos que é atualizada regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles, auditorias internas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pela Diretoria com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e à Diretoria.

Limitações da análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como gestão que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Gestão de capital

O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) além de otimizar retornos sobre capital para os acionistas.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos regulatórios.

A Seguradora apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pelo CNSP quanto sua forma de apuração e com acréscimo das parcelas de capitais de riscos.

As Resoluções CNSP nºs 283 e 282, de 2013, regulamentaram o acréscimo da parcela de capital de risco operacional e a alteração na forma de apuração do Capital Mínimo Requerido.

O quadro comparativo abaixo foi elaborado em conformidade com as regulamentações vigentes nas demonstrações financeiras de 2012:

| | 2013 | 2012 |
|--|---------------|---------------|
| Patrimônio líquido | 16.628 | 20.587 |
| Patrimônio líquido ajustado (a) | 16.628 | 20.587 |
| 0,20 vezes a receita líquida dos prêmios emitidos últimos 12 meses (b.1) | 21 | 2 |
| 0,33 vezes a média anual do total dos sinistros retidos dos últimos 36 meses (b.2) | 2 | 3 |
| Margem de solvência (b) (maior entre (b.1) e (b.2)) | 15.000 | 15.000 |
| Capital Base | 15.000 | 15.000 |
| Capital Adicional Total (Subscrição e Crédito) | 44 | 59 |
| Capital adicional de subscrição | 24 | 29 |
| Capital adicional de crédito | 27 | 24 |
| Correlação entre Capitais Adicionais | (7) | (4) |
| Capital Base + Capital Adicional (c) | 15.044 | 15.059 |
| Capital Mínimo Requerido (d) [maior entre (b) e (c)] | 15.044 | 15.059 |
| Suficiência de capital (e = a - d) | 1.584 | 5.528 |
| Suficiência de capital (e/d) | 10,53% | 36,7% |

A partir da Resolução CNSP nº 282, de 2013, o Capital Mínimo Requerido, é equivalente ao maior valor entre Margem de Solvência, Capital Base e Capital de Risco. O quadro abaixo representa o Capital Mínimo Requerido, segundo os normativos vigentes em 2013:

| | 2013 |
|--|---------------|
| Patrimônio Líquido Ajustado (a) | 16.628 |
| Capital Base (b) | 15.000 |

0,20 vezes da receita líquida dos prêmios emitidos últimos 12 meses (c.1)

0,33 vezes a média anual do total dos sinistros retidos dos últimos 36 meses (c.2)

Margem de solvência (c) [maior entre (c.1) e (c.2)]

Capital de Risco de Subscrição

Capital de Risco Operacional

(-) correlação entre Capitais de Riscos de Subscrição e Crédito

Capital de Risco (d)

Capital Mínimo Requerido (e) [maior entre (b), (c), (d)]

Suficiência de Capital (f = a - e)

Suficiência de Capital (f/e)

10,85%

5. ATIVOS FINANCEIROS

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras está apresentada abaixo:

a) Resumo da classificação das aplicações financeiras

| | 2013 | 2012 |
|----------------|---------------|--------------|
| Títulos | 11.850 | 7.727 |

Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado

Fundos exclusivos

Over

Títulos da Dívida Agrária (TDA)

Ativos mantidos até o vencimento

Fundos exclusivos

Notas do Tesouro Nacional (NTN)

Total

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve reclassificação entre as categorias.

b) Movimentação das aplicações financeiras

| | 2013 | 2012 |
|----------------------|---------------|---------------|
| Saldo inicial | 18.973 | 18.503 |
| Aplicações | 1.460 | 1.242 |
| Resgates | (5.994) | (2.512) |
| Rendimento | 1.733 | 1.740 |
| Saldo final | 16.172 | 18.973 |

c) Composição por prazo e por título

| | 2013 | 2012 |
|----------------|---------------|--------------|
| Títulos | 11.850 | 7.727 |

Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado

Fundos exclusivos

Over

Títulos da Dívida Agrária (TDA)

Ativos mantidos até o vencimento

Fundos exclusivos

Notas do Tesouro Nacional (NTN)

Total

i) Determinação do valor justo

O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos alocados em carteira administrada tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros. Os títulos de renda fixa privados alocados em carteira administrada tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBovespa para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação.

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&FBovespa, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

ii) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo;

Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

| | 2013 | 2012 |
|----------------|---------------|--------------|
| Títulos | 11.850 | 7.727 |

Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado

Fundos exclusivos

Over

Títulos da Dívida Agrária (TDA)

Ativos mantidos até o vencimento

Fundos exclusivos

Notas do Tesouro Nacional (NTN)

Total

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve transferência de ativos entre Níveis, bem como a Seguradora não possui aplicações classificadas no Nível 3.

iii) Desempenho

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). O desempenho global dos ativos financeiros, títulos públicos e títulos privados que compõem a carteira de investimentos atingiu 9,271% (9,612% em 2012) no acumulado do exercício, representado 115,12% (114,24% em 2012) do CDI que foi de 8,053% (8,413% em 2012) no ano.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Seguradora não possuía instrumentos financeiros derivativos.

7. MOVIMENTAÇÃO DE PRÊMIOS A RECEBER

a) Movimentação de prêmios a receber

| | 2013 | 2012 |
|--|------------|------------|
| Saldo inicial | 30 | 196 |
| Prêmios emitidos líquidos | 300 | 104 |
| Recebimentos | (202) | (277) |
| Reversão de riscos sobre análise a receber | – | 7 |
| Saldo final | 128 | 30 |

b) Por prazo de vencimento

| | 2013 | 2012 |
|---------------------|------------|-----------|
| Vencendo | 41 | – |
| Vencido de 01 a 30 | 12 | 30 |
| Vencido de 31 a 60 | 16 | – |
| Vencido de 61 a 120 | 59 | – |
| Total | 128 | 30 |

8. OPERAÇÕES COM RESSEGUADORAS

| | 2013 | 2012 |
|-------------------------------------|----------|-----------|
| Recuperações de resseguradora local | 8 | 82 |
| Total | 8 | 82 |

9. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

a) Ativos de resseguro

| | 2013 |
|--|------------|
| Provisões técnicas de resseguro | 425 |

Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL

Provisão de eventos ocorridos mas não avisados - IBNR

Outras Provisões Técnicas - OPT

Total

| | 2011 | 2012 |
|--|------------|------------|
| Provisões técnicas de resseguro | 353 | 425 |

Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)

Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL

Provisão de eventos ocor

MAPFRE Seguradora de Crédito à Exportação S.A. - CNPJ nº 08.687.929/0001-42

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - BALANÇO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

O Comitê de Auditoria Único da MAPFRE Previdência S.A. (anteriormente denominado MAPFRE Vera Cruz Previdência S.A.), empresa líder à MAPFRE Seguradora de Crédito à Exportação S.A., à MAPFRE Capitalização S.A. e à MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., foi instituído nos termos da Resolução nº 118, de 22 de dezembro de 2004, dentro das melhores práticas de Governança Corporativa, visando atender plenamente as exigências da legislação vigente. O Comitê, composto por 3 membros eleitos em Assembleia Geral Extraordinária de 01 de agosto de 2011, tem como atribuições avaliar a qualidade e integridade das demonstrações contábeis das empresas, e fundos administrados pelas mesmas, o cumprimento e efetividade dos sistemas de controle interno, a observação das normas e regimentos internos, a observância das exigências legais e regulamentares, o sistema de administração de riscos e a atuação independente e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria externa e da auditoria interna. O Comitê, no desempenho das suas atividades, destaca que: **(a)** Reuniu-se com os principais executivos da Companhia, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócio, bem como acompanhar as melhorias operacionais e

sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações; **(b)** Tomou conhecimento do sistema de controles internos, dos processos de gestão de riscos e de monitoramento de fraudes e efetuou acompanhamento dessas rotinas, como atividade permanente do Comitê, com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e Independentes avaliando positivamente a efetividade dos sistemas de controles internos; e **(c)** Acompanhou as ocorrências efetuadas através do canal de denúncias aberto a acionistas, colaboradores, fornecedores e ao público em geral. O Comitê de Auditoria revisou previamente as demonstrações financeiras, reuniu-se com a Auditoria Interna e com a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e tomou conhecimento do parecer sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, comparativamente com o mesmo período do ano anterior, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados.

Com base nas ações desenvolvidas diretamente pelo Comitê, bem como fundamentado nas revisões e avaliações anteriormente mencionadas, o Comitê de Auditoria Único da MAPFRE Previdência S.A.

(anteriormente denominada MAPFRE Vera Cruz Previdência S.A.), empresa líder à MAPFRE Seguradora de Crédito à Exportação S.A., à MAPFRE Capitalização S.A. e à MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., entende que as suas demonstrações financeiras, acompanhadas pelas notas explicativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, comparativamente com o mesmo período do ano anterior, auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. estão adequados e foram elaborados de acordo com as normas legais vigentes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2014

O Comitê

Wilson Alves Feitosa
Coordenador

Edvaldo Massao Murakami
Membro Titular

Robson Soares
Membro Titular

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da

MAPFRE Seguradora de Crédito à Exportação S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Seguradora de Crédito à Exportação S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Seguradora de Crédito à Exportação S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2014



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6
Leandro Galkyz Uzzi de Oliveira
Contador CRC-1SP232769/O-1